

A limitação dos pagamentos

Diário Externa
por Paulo Sotero
de Washington

18 FEV 1987

O embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, viajou para Brasília no último fim de semana, a chamado do presidente da República.

A inesperada convocação do embaixador, que partiu com planos de retornar aos EUA, com uma parada em Nova York, nos meados desta semana, ocorre num momento em que as informações que chegam do Brasil sobre a possibilidade de o País vir a limitar os pagamentos de seus compromissos externos suscitam crescente preocupação entre banqueiros e funcionários do governo americano.

Fontes financeiras ouvidas por este jornal interpretaram a ida de Marques Moreira ao Brasil como o primeiro sinal de que o governo estaria prestes a anunciar a centralização do câmbio. Segundo essas fontes, ao embaixador, um ex-diplomata de carreira e um banqueiro com amplo trânsito na comunidade financeira internacional, caberia um papel importante na preparação do terreno que deve preceder o anúncio desta ou de alguma outra medida de redução temporária das remessas

de divisas para o exterior, já considerada inevitável pela maioria dos executivos de bancos e fontes governamentais ouvidos ontem por este jornal.

A expectativa desses executivos é que Marques Moreira, depois de ter desempenhado um papel decisivo na obtenção do apoio do governo americano para a fórmula de refinanciamento da dívida oficial que o Brasil negociou com o Clube de Paris, no mês passado, volte do Brasil com mandato para conversar sobre a limitação negociada de pagamentos.

Eles torcem, também, para que ele retorne munido das balizas políticas de que necessitará para preparar as negociações que o

(Continua na página 14)

O governo dos Estados Unidos vetou a participação do Banco Mundial (BIRD) em qualquer operação destinada a levantar empréstimo (cerca de US\$ 500 milhões) ao Chile e remeteu o problema ao comitê de bancos credores da dívida de US\$ 23 bilhões do país. Não é a primeira vez que Washington usa o BIRD como instrumento de pressão sobre o governo de Augusto Pinochet.

(Ver página 2)

A limitação dos pagamentos

Diário Externa
por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)
País deverá abrir com seus credores privados e oficiais, uma vez superada a fase mais aguda da crise.

Algumas fontes especularam sobre a possibilidade de a ida do embaixador estar ligada a uma possível reforma ministerial. Mas o embaixador em Washington é visto pelos credores como o homem certo, no lugar certo, no momento certo para desempenhar um papel importante, formalmente ou nos bastidores, como conviria melhor a seu temperamento discreto, nas difíceis negociações que o País deverá enfrentar com seus credores nos próximos meses.

Embora muitos prevejam um endurecimento da posição brasileira, os banqueiros ouvidos por este jornal não acreditam, ou não querem acreditar, que o País chegará a adotar ações unilaterais para enfrentar a crise cambial que

se avizinha. O fator moderador da posição brasileira, calculam eles, é a necessidade que o País tem de preservar os US\$ 15 bilhões nas linhas de curto prazo, que são vitais para o financiamento de exportações e a manutenção do fluxo de caixa. Uma cessação de pagamentos, pura e simples, provocaria a rápida desidratação dessas linhas.

Por outro lado, afirma um executivo de um grande banco de Nova York, o governo brasileiro provavelmente terá de mobilizar o apoio do governo dos Estados Unidos para qualquer solução interina que venha a ser adotada para sustentar as finanças do País enquanto não se chega a uma fórmula de renegociação mais duradoura.

"Normalmente, quando a situação chega no pé em que já está, o governo do país afetado já está trabalhando a idéia de um empréstimo-ponte", observou o banqueiro. "Mas, ao contrário do que ocorreu

em 1982 e 1983, os bancos têm hoje uma participação secundária no empréstimo-ponte. A iniciativa cabe, agora, aos governos credores, especialmente o dos Estados Unidos".

Banqueiros e fontes governamentais disseram que não sabem de nenhuma providência que o governo brasileiro tenha tomado até agora para mobilizar o apoio dos países industrializados para uma operação desse tipo. E, diante da falta de rumos claros da política econômica do País, opinaram que a situação ainda não está madura para isso, pois, como lembrou um deles, do outro lado do empréstimo-ponte é preciso haver definições que o governo Sarney não parece estar em condições políticas de tomar neste momento. Uma delas, que vários credores consideram inelutável a esta altura, é um acordo de ajustamento econômico com o Fundo Monetário Internacional, uma alternativa que o presiden-

18 FEV 1987

te José Sarney e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, já excluam. Um banqueiro afirmou que, independentemente da solução que se adote, tanto os credores privados quanto os credores oficiais insistirão num acordo do Brasil com o FMI "porque o fracasso do Plano Cruzado e a crise que ele causou foram provocados por políticas domésticas, e não por fatores externos".

Funcionários do governo americano indicaram a este jornal que existe uma preocupação crescente em Washington com os rumos da situação econômica e política no Brasil, mas nenhuma posição foi adotada, até agora, a respeito de como atender a um pedido de ajuda do Brasil, caso ele venha a ser formulado.

Segundo a fonte, ainda nesta semana altos funcionários de vários ministérios devem ter uma reunião "para trocar informações e fazer uma avaliação do que está acontecendo".